

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2019



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 870 - 13º andar, Cj. 1308 - Vila do Golf, Ribeirão Preto (SP) Brasil

T +55 16 3103-8940

Aos Diretores e Administradores da
BRVias Holding VRD S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BRVias Holding VRD S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BRVias Holding VRD S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidada de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e de sua controlada continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 31 de março de 2020



Marcelo Castro Valentini
CTCRC 1SP-239.472/O-2

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

BRVias Holding VRD S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Notas	ATIVO			
		Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	18	22	1.425	4.919
Aplicações financeiras	9	-	-	61.864	62.537
Contas a receber	10	-	-	11.624	9.015
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	397	457
Adiantamento a fornecedores	-	-	62	420	948
Partes relacionadas	11	6.290	6.290	7.309	7.274
Outros créditos	-	32	32	2.844	2.753
Total do ativo circulante		6.340	6.406	85.883	87.903
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósitos judiciais	-	-	-	2.140	1.752
Imposto de renda e contribuição social diferido	19	-	-	37.429	22.977
Investimentos	12	313.953	328.219	-	-
Imobilizado	13	-	-	7.030	4.902
Intangível	14	-	-	981.573	940.164
Total do ativo não circulante		313.953	328.219	1.028.172	969.795
Total do ativo		320.293	334.625	1.114.055	1.057.698

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BRVias Holding VRD S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	72.161	39.160
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	-	1.600	-	1.600
Debêntures	16	19.081	107.756	51.320	550.272
Fornecedores	17	1	-	52.476	60.505
Arrendamento por direito de uso	21	-	-	1.081	-
Obrigações tributárias		1	2	2.963	3.608
Obrigações sociais		-	-	3.476	3.651
Partes relacionadas	11	1.213	1.154	3.337	916
Outras contas a pagar		-	-	1.143	3.300
Dividendos a pagar	11	66	66	66	66
Provisão para manutenção	18	-	-	22.443	14.795
Total do passivo circulante		20.362	110.578	210.466	677.873
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	101.547	128.639
Debêntures	16	100.218	-	529.409	-
Arrendamento por direito de uso	21	-	-	673	-
Provisão para manutenção	18	-	-	71.317	26.522
Provisão para contingências	20	-	-	930	617
Total do passivo não circulante		100.218	-	703.876	155.778
Patrimônio líquido					
Capital social	22	376.870	342.870	376.870	342.870
Reserva de capital		25.461	25.461	25.461	25.461
Prejuízos acumulados		(202.618)	(144.284)	(202.618)	(144.284)
Total do patrimônio líquido		199.713	224.047	199.713	224.047
Total do passivo		120.580	110.578	914.342	833.651
Total do passivo e patrimônio líquido		320.293	334.625	1.114.055	1.057.698

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita operacional líquida	23	-	-	265.843	202.774
Custo dos serviços prestados	24	-	-	(177.707)	(154.532)
Custo de construção	24	-	-	(63.718)	(13.355)
Lucro bruto		-	-	24.418	34.887
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	24	(121)	(622)	(11.261)	(11.014)
Outros resultados operacionais	24.1	-	-	-	14.132
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(121)	(622)	13.157	38.005
Receita financeira	25	-	-	4.213	23.669
Despesa financeira	25	(9.947)	(25.526)	(90.156)	(96.009)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(9.947)	(25.526)	(85.943)	(72.340)
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial	12	(48.265)	(5.167)		
Resultado antes dos impostos		(58.333)	(31.315)	(72.786)	(34.335)
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	-	6.290	14.453	9.310
Lucro (prejuízo) do exercício		(58.333)	(25.025)	(58.333)	(25.025)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação em reais - R\$		<u>(0,13036)</u>	<u>(0,05593)</u>	<u>(0,13036)</u>	<u>0,05288</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro (prejuízo) do exercício	(58.333)	(25.025)	(58.333)	(25.025)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total de resultado abrangente do período	<u>(58.333)</u>	<u>(25.025)</u>	<u>(58.333)</u>	<u>(25.025)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Capital social	Capital integralizar	Capital integralizado	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	347.470	(110.000)	237.470	25.461	(119.259)	143.672
Aumento de capital conforme AGE em 19 de dezembro de 2018	100.000	(100.000)	-	-	-	-
Integralização de capital conforme AGE em 19 de dezembro de 2018	-	105.400	105.400	-	-	105.400
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(25.025)	(25.025)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>447.470</u>	<u>(104.600)</u>	<u>342.870</u>	<u>25.461</u>	<u>(144.284)</u>	<u>224.047</u>
Integralização de capital	-	34.000	34.000	-	-	34.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(58.333)	(58.333)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>447.470</u>	<u>(70.600)</u>	<u>376.870</u>	<u>25.461</u>	<u>(202.618)</u>	<u>199.713</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(58.333)	(25.025)	(58.333)	(25.025)
Ajustes para:				
Depreciação	-	-	1.667	2.101
Amortização	-	-	25.397	34.438
Baixa do ativo imobilizado líquida	-	-	78	1.184
Provisão para manutenção	-	-	108.238	60.089
(Reversão) constituição da provisão para demandas judiciais	-	-	313	(501)
Resultado de equivalência patrimonial	48.265	5.167	-	-
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	9.929	25.136	96.924	91.990
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(6.290)	(14.453)	(9.310)
	(139)	(1.012)	159.831	154.966
(Aumento) redução no ativo:				
Contas a receber	-	-	(2.609)	4.500
Despesas pagas antecipadamente	-	-	60	(207)
Outros créditos	62	(62)	50	(1.151)
Aplicações financeiras	-	-	-	(85.093)
Resgate das aplicações	-	-	-	89.172
Aumento (redução) no passivo:				
Fornecedores	1	-	(3.854)	22.348
Passivo fiscal corrente	(2)	2	(646)	652
Obrigações sociais	-	-	(175)	(1.585)
Contas a pagar	59	(924)	(2.099)	3.147
Realização de provisão para manutenção	-	-	(55.795)	(64.265)
Juros de empréstimos e financiamentos e debêntures pagos	(3.989)	(9.890)	(51.731)	(58.517)
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(4.008)	(11.886)	43.032	63.967
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Partes relacionadas	-	-	(94)	-
Aplicações financeiras	-	-	(112.727)	-
Resgate das aplicações	-	-	113.401	-
Integralização de capital social em controlada	-	(2.790)	-	-
Aquisição de imobilizado	-	-	(3.873)	(2.604)
Adição do intangível	-	-	(66.807)	(17.518)
Fluxo de caixa decorrente das (usado nas) atividades de investimentos	-	(2.790)	(70.100)	(20.122)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Partes relacionadas	-	1.154	-	(120)
Aumento de capital em dinheiro	-	39.700	34.000	39.700
Captações de empréstimos e financiamentos e debêntures	27.698	72.447	52.136	72.447
Adiantamento para futuro aumento de capital	(1.600)	-	(1.600)	-
Amortização de empréstimos e financiamentos e debêntures	(22.094)	(99.984)	(60.962)	(153.805)
Caixa líquido decorrente das (usado nas) atividades de financiamentos	4.004	13.317	23.574	(41.778)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(4)	(1.359)	(3.494)	2.067
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	22	1.381	4.919	2.852
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	18	22	1.425	4.919

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A BRVias Holding VRD S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 18 de dezembro de 2007, com sede localizada na Rua João Moreira da Silva, 509, sala A, Jardim Americano – cidade de Lins – SP. Seu objeto social é exclusivamente a participação na ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. (“Controlada” ou “ViaRondon”).

A Companhia iniciou suas atividades em 10 de dezembro de 2010, onde todas as ações da ViaRondon que eram detidas pelas empresas Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A. foram aportadas na BRVias Holding VRD S.A., passando esta a ser a única acionista da ViaRondon, sendo contabilizado o montante de R\$ 111.899 de investimento em contrapartida do aumento de capital social na data da operação.

Conforme demonstrado na demonstração de resultado e no balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou um prejuízo de R\$ 58.333 (R\$ 25.025 em 2018 de prejuízo) e capital circulante líquido negativo de R\$ 14.023 (R\$ 104.172 em 2018) na controladora e R\$ 124.583 (R\$ 589.970 em 2018) no consolidado.

Os planos da Administração visam a recuperação dos resultados operacionais positivos ao longo dos próximos exercícios. Para isso, a Administração busca a contínua eficiência operacional e consequentemente a redução dos custos de operação e manutenção da rodovia. Adicionalmente, as projeções futuras de mercado indicam a melhoria do cenário econômico, que conjuntamente com a correção anual das tarifas, conforme previsto no contrato de concessão, e a retomada do crescimento econômico com impacto positivo no tráfego da rodovia, permitirão à sua Controlada aumentar suas receitas, influenciando diretamente os resultados da Companhia.

Relação de entidade controlada

Segue a controlada da Companhia:

	País	Participação acionária %	
		2019	2018
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.	Brasil	100%	100%

A sua controlada é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua João Moreira da Silva, 509, Jardim Americano, Lins – São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009.

O objeto social da sua controlada é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP), trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336,500, entroncamento com a SP-225, na Cidade de Bauru e finaliza-se nos km 667,630, na Cidade de Castilho, Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objetivo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Decorrente desta concessão, a sua controlada assumiu os seguintes compromissos:

- Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 411.000, dos quais R\$ 82.200 foram pagos à vista e o saldo devedor em 18 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 18.300, reajustados de acordo com o reajuste nas cobranças da tarifa do pedágio, já tendo sido integralmente liquidado;
- Pagamento de valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013; e
- Realização de investimentos na Rodovia.

Plano estratégico da Controlada

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 15, durante o 1º semestre de 2019, a Administração da Controlada concluiu as negociações junto aos credores e os aditamentos para formalização das alterações nas cláusulas de *covenants* financeiros enquadrando a Companhia dentro do novo contexto da economia brasileira. As Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Controlada, tendo em vista que os seus negócios têm se comportado conforme esperado em projetos da mesma natureza.

Se demonstram eficientes os planos da Administração que visam a recuperação dos resultados operacionais positivos ao longo dos próximos exercícios, visto que no exercício findo em 2019, alcançamos R\$ 148.893 de Ebitda (baseado na metodologia de cálculo definido em contrato com o BNDES), contra R\$ 134.754 para o mesmo período de 2018.

A Administração permanece em busca da contínua eficiência operacional e conseqüentemente redução dos custos de operação e manutenção da rodovia. Adicionalmente as projeções futuras de mercado indicam a melhoria do cenário econômico, que conjuntamente com a correção anual das tarifas, conforme previsto no contrato de concessão, e a retomada do crescimento econômico com impacto positivo no tráfego da rodovia, permitirão à Companhia aumentar suas receitas.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2020.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia e de sua controlada, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 13** – Imobilizado;
- **Nota Explicativa nº 14** – Intangível;
- **Nota Explicativa nº 19** – Ativos e passivos fiscais diferidos;
- **Nota Explicativa nº 18** – Provisão para manutenção;
- **Nota Explicativa nº 20** – Provisão para contingência.

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos dos ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte Nota Explicativa:

- Nota Explicativa nº 26 – Instrumentos financeiros.

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

6. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e sua controlada quando os mesmos forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia e sua controlada, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i - O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii - Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i - O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii - Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia e sua controlada reconhecem a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro.

Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Receitas financeiras" (Vide Nota Explicativa nº 25).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia e sua controlada.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e sua controlada avaliam nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for: **(i)** uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios; **(ii)** mantido para negociação; ou **(iii)** designado ao valor justo por meio do resultado.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior. Não aplicável para a Companhia e sua controlada.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Não aplicável para a Companhia e sua controlada.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O contrato de concessão da sua controlada é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de impairment, a Companhia e sua controlada revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e sua controlada efetuaram as avaliações pertinentes e não identificaram necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas a contratos onerosos, conforme previsões do CPC 25.

Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e sua controlada possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Quando a Companhia e sua controlada esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Provisão de manutenção – Contratos de Concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia e da sua controlada definiram que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

b) Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

c) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

A Companhia e sua controlada consideram como ativo imobilizado somente os bens que estão em seu poder e podem ser a qualquer momento negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e sua controlada incluem:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos dos empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e exercício comparativos são as seguintes:

Computadores e periféricos	4 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

d) Ativos intangíveis

A Companhia e sua controlada possuem os seguintes ativos intangíveis:

(i) Contratos de concessão de serviços

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12 – Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário:

Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários da rodovia pela utilização da infraestrutura.

Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia e sua controlada estimaram que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

(ii) Direito de outorga

O valor pago ao poder concedente correspondente ao direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica "direito de outorga", no ativo intangível (Nota Explicativa nº 14). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) foram registradas no passivo e já foram liquidadas.

O direito de outorga da concessão vem sendo amortizado pela curva de tráfego, sempre que necessária atualizada, pelo prazo da concessão.

(iii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

(iv) Gastos subsequentes

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

(v) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

O critério definido para amortização dos ativos intangíveis originados do contrato de concessão de serviços e do direito de outorga é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão (sempre que necessário atualizada), desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

A amortização é reconhecida no resultado.

A amortização de outros ativos intangíveis é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ultrapassam o prazo da concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e exercício comparativo dos outros intangíveis são as seguintes:

Softwares	5 anos
-----------	--------

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo, quando aplicável.

e) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros – não derivativos

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são:

(i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; **(ii)** novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e **(iii)** flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

A adoção dessa nova norma a partir de 1º de janeiro de 2019 não gerou impacto nas informações financeiras da Companhia e de sua controlada.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia e sua controlada determinam o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e sua controlada tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

g) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e sua controlada tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

(i) Provisão de manutenção – contratos de construção

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura com um nível específico de operacionalidade ou recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente no final do contrato de concessão são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A Companhia e sua controlada definiram que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada.

Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas a medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

h) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos dos empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

i) Receita operacional

(i) Receita de pedágio

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a sua controlada e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas.

A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela sua controlada. Quando a sua controlada presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

(ii) Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1)/IFRIC 12 – Contratos de concessão, as receitas relativas ao serviço de construção/melhoria prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão, por corresponder a um direito sobre tal ativo, sendo registrada pelo seu valor justo.

Este direito que corresponde a receita de construção/melhoria, é composto de custo de construção/melhoria acrescido a margem de lucro a aos custos de empréstimos atribuíveis e este ativo. A Companhia e sua controlada estimaram que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

j) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e sua controlada esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

l) Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia e sua controlada pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo período. A Companhia e sua controlada não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação.

m) Informações por segmento

A principal receita da atividade da Companhia e sua controlada vem do recebimento da tarifa de pedágio sendo, no entanto, facultado à Companhia e sua controlada explorar outras fontes de receitas complementares, de acordo com o contrato de concessão. Todas as decisões dos administradores e gestores relativas ao planejamento estratégico, financeiras, compras, investimentos de recursos e avaliação de performance são tomadas considerando a Companhia e sua controlada como um todo, ou seja, a Companhia e sua controlada estão organizadas em um único segmento de negócio.

7. Novas normas e interpretações revisadas, já emitidas e adotadas

As seguintes normas e alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia e sua controlada avaliaram os efeitos que essas normas e interpretações tiveram nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações, a saber:

CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil

A nova norma introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece o direito de uso de um ativo, que representa o período em que a Companhia possui controle sobre o uso do ativo arrendado, e o correspondente passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento associado ao ativo arrendado. Isenções estão disponíveis para arrendamentos com prazo de vigência inferior a um ano e itens de pequeno montante.

A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma anterior, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia e sua controlada optaram pela abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a rerepresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido, bem como não altera o cálculo dos dividendos e possibilita a adoção de expedientes práticos.

O impacto da adoção inicial da IFRS 16, no exercício de 2019, está demonstrado a seguir:

	Ativo (Nota nº 14)	Passivo (Nota nº 21)	Despesas
Adoção inicial	2.902	2.902	-
Pagamento	-	(1.392)	-
Amortização	(1.196)	-	1.196
Juros	-	244	244
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.706	1.754	1.440

Interpretação IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda

A interpretação esclarece como os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 são aplicados quando há incertezas sobre o tratamento dos tributos sobre o lucro (IRPJ e CSLL).

A Administração não identificou impactos decorrentes dessa alteração.

Não existem outras normas que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia e sua controlada.

7.1. Novas normas que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia e sua controlada não adotaram essas normas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e sua controlada:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alteração ao CPC 15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e sua controlada.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Bancos conta movimento	18	22	1.341	4.786
Fundo de troca/numerários em trânsito	-	-	84	133
	18	22	1.425	4.919

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 26.

9. Aplicações financeiras – Consolidado

	2019	2018
Aplicações financeiras	61.864	62.537

Aplicação financeira em certificado de depósito bancário, junto ao Banco Bradesco, com liquidez diária, sendo remunerada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES e debêntures, vide maiores detalhes nas Notas Explicativas nºs 15 e 16.

A exposição da sua controlada a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 26.

10. Contas a receber – Consolidado

	2019	2018
Pedágio eletrônico	9.547	6.267
Visa - vale-pedágio	162	198
Brink's Segurança e Transporte de Valores Ltda.	1.565	1.344
DBTrans S/A	215	225
Outros	135	981
	11.624	9.015

Idade de vencimento dos títulos	2019	2018
Créditos a vencer até 30 dias	11.366	7.767
Créditos a vencer até 60 dias	123	267
	11.489	8.034

O contas a receber da sua controlada não apresenta montantes vencidos e nem histórico de inadimplência. Dessa forma, não existe ajuste para provisão para perda esperada de crédito.

11. Transações com partes relacionadas

A seguir o valor total de remuneração atribuído aos diretores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Descrição	2019	2018
Diretores estatutários	15	46

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração da Companhia e sua controlada.

A Companhia e sua controlada submetem todas as aquisições de materiais e serviços a processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas, praticando preços e prazos de acordo com as práticas de mercado em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas.

Os saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e sua controlada e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

a. Contas patrimoniais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Ativo					
BRVias S.A.	(i)	-	-	1.019	984
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônicas S.A.	-	6.290 (*)	6.290 (*)	6.290	6.290
		6.290	6.290	7.309	7.274
Passivo					
Empresa Princesa do Norte S.A.	(ii)	-	-	(377)	(484)
Splice Ind. e Com. de Serviços	(iii)	-	-	(2.951)	(418)
Outros	(iv)	-	-	(9)	(14)
Fornecedores		-	-	(3.337)	(916)
Dividendos a pagar					
Fundo de Investimento em Participações Volutto	(vi)	(33)	(33)	(33)	(33)
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.	(vi)	(33)	(33)	(33)	(33)
		(66)	(66)	(66)	(66)
Outros débitos					
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.	(i)	(1.213)	(1.154)	-	-
		(1.213)	(1.154)	-	-

(*) Em dezembro de 2018, a Companhia fez uma cessão de crédito, transferindo todos os direitos de crédito advindos de prejuízo fiscal de IRPJ e base de cálculo negativa de CSLL, referente a empresa acima citada para utilizar na compensação do saldo do débito do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT).

b. Transações que afetaram o resultado

	Notas	Valor da transação no resultado do exercício			
		Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Serviços prestados					
Empresa Princesa do Norte S.A.	(ii)	-	-	(1.546)	(2.166)
Splice Ind. e Com. de Serviços	(iii)	-	-	(9.059)	(2.277)
BRVias S.A.	(v)	-	-	(3.231)	(3.545)
Avine Engenharia Ltda EPP	(iv)	-	-	(287)	-
Outros	(iv)	-	-	(228)	(170)
Total		-	-	(14.351)	(8.158)

- (i) Serviços administrativos de publicações de balanço, atas e outros;
- (ii) Serviços de transportes de pessoal;
- (iii) Execução de conserva verde e serviços de operação de equipamentos eletrônico de fiscalização e registro das infrações de excesso de velocidade na Rodovia;
- (iv) Serviços de consultoria administrativa;
- (v) Serviços administrativos realizados pelo Centro de Serviços Compartilhados;

12. Investimentos – Controladora

A sua controlada registrou um prejuízo de R\$ 48.265 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (prejuízo de R\$ 5.167 em 2018).

A controlada está registrada na CVM, mas não tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

A tabela a seguir apresenta um sumário das informações financeiras em empresa controlada.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

	Participação	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receita	Custos e despesas	Lucro líquido/prejuízo
31 de dezembro de 2019	100%	80.755	1.028.172	1.108.927	191.317	603.658	794.975	313.952	270.056	(318.321)	(48.265)
31 de dezembro de 2018	100%	82.651	969.795	1.052.446	568.451	155.778	724.229	328.217	240.575	(245.742)	(5.167)

13. Imobilizado – Consolidado

Em milhares de reais	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2018	4.375	5.065	1.923	2.020	13.383
Adições	169	893	89	1.453	2.604
Baixas	(1)	-	(5)	(1.453)	(1.459)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.543	5.958	2.007	2.020	14.528
Adições	349	809	386	2.329	3.873
Baixas	(49)	-	(11)	(18)	(78)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.843	6.767	2.382	4.331	18.323
Depreciação acumulada					
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(2.869)	(2.907)	(1.030)	(994)	(7.800)
Depreciação no exercício – Adições	(594)	(435)	(197)	(875)	(2.101)
Depreciação no exercício – Baixas	-	-	-	275	275
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(3.463)	(3.342)	(1.227)	(1.594)	(9.626)
Depreciação no exercício	(493)	(540)	(199)	(435)	(1.667)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(3.956)	(3.882)	(1.426)	(2.029)	(11.293)
Valor líquido contábil					
Em 31 de dezembro de 2018	1.080	2.616	780	426	4.902
Em 31 de dezembro de 2019	887	2.885	956	2.302	7.030

14. Intangível – Consolidado

	Praças de pedágio	Recuperação da rodovia	Sistema de arrecadação	Direito de outorga (i)	Outros-concessão (ii)	Software	Direito de uso	Total
Custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2018	35.120	465.419	8.080	413.597	163.562	3.289	-	1.089.067
Aquisições e construções	-	4.338	26	-	13.142	12	-	17.518
Saldo em 31 de dezembro de 2018	35.120	469.757	8.106	413.597	176.704	3.301	-	1.106.585
Aquisições e construções	51	20.667	49	-	42.952	186	2.902	66.807
Saldo em 31 de dezembro de 2019	35.171	490.424	8.155	413.597	219.656	3.487	2.902	1.173.392
Amortização acumulada								
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(9.658)	(41.485)	(1.945)	(63.984)	(13.827)	(1.085)	-	(131.984)
Amortização do exercício	(1.110)	(14.717)	(256)	(13.079)	(5.172)	(104)	-	(34.438)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(10.768)	(56.202)	(2.201)	(77.063)	(18.999)	(1.189)	-	(166.422)
Amortização do exercício	(768)	(10.274)	(177)	(9.045)	(3.865)	(72)	(1.196)	(25.397)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(11.536)	(66.476)	(2.378)	(86.108)	(22.864)	(1.261)	(1.196)	(191.819)
Valor líquido contábil								
Em 31 de dezembro de 2018	24.352	413.555	5.905	336.534	157.705	2.112	-	940.164
Em 31 de dezembro de 2019	23.635	423.948	5.777	327.489	196.792	2.226	1.706	981.573

Arrendamento mercantil

Os valores contábeis líquidos, do ativo intangível, por categoria de ativo, adquiridos e registrados por meio de arrendamento em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, e com contrapartida no passivo, conforme Nota Explicativa nº 21, são como segue:

	2019	2018
Direito de uso	1.706	-
	1.706	-

Os direitos de uso são depreciados durante o prazo de vigência do contrato de locação e consideram a expectativa de renovação, quando a Administração pretende exercer esse direito, e de acordo com os termos dos contratos.

- (i) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a sua controlada registrou o direito de outorga decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão, conforme demonstramos a seguir:

	2009
Valor da outorga	411.000
Ajuste a valor presente	(11.202)
Atualização monetária anterior ao início das atividades	13.799
	413.597

- (ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Investimentos.

Os ativos intangíveis da sua controlada são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível, exceto veículos da operação, é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão.

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada “Custos dos serviços prestados”, nas demonstrações de resultado.

Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o Direito de outorga que é composto por um único item devidamente detalhado na tabela acima.

15. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do financiamento com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e liquidez, veja Nota Explicativa nº 26.

	Taxa de juros a.a.	Indexador	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				2019	2018	2019	2018
Finame-BNDES (i)	5,50%	-	2021	-	-	200	370
Finem-BNDES (ii)	5,95%	TJLP	2025	-	-	80.399	99.580
Finem-BNDES (ii)	2,0518%	UMIPCA-M.	2025	-	-	40.268	49.875
CCB	5,40%	CDI	2020	-	-	27.376	16.571
CCB	1,35%	CDI	2020	-	-	22.507	-
Leasing	11,62% a 15,50%	-	2017 – 2022	-	-	2.958	1.403
Total				-	-	173.708	167.799
Parcela circulante				-	-	72.161	39.160
Parcela não circulante				-	-	101.547	128.639

- (i) Empréstimo obtido junto ao BNDES, por intermédio de instituição financeira, na modalidade Finame para aquisição de equipamentos e veículos para operação da Rodovia, tendo como garantia os próprios bens;
- (ii) Em 14 de dezembro de 2011, a empresa controlada firmou, em conjunto com o BNDES, contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R\$ 343.706, sobre 71,4% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal e durante o período de carência, com exigibilidade trimestral e sobre 28,6% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais Unidade Monetária IPCA (UMIPCA-M), com exigibilidade anual e carência durante os dois primeiros anos. Deste montante, até 31 de dezembro de 2019, foram liberados R\$ 274.246.

Composição por vencimento:

	2019	2018
Vencimento em:		
2021	36.395	41.121
2022	26.801	38.819
Acima 2023	38.351	48.699
	101.547	128.639

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	2019	2018
Saldos iniciais	167.799	205.830
Varição do fluxo de caixa de financiamento		
Pagamentos de financiamentos (principal e juros capitalizados)	(36.610)	(40.950)
Pagamentos de juros	(13.708)	(15.950)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(50.318)	(56.900)
Outras variações		
Novas captações	24.438	-
Despesas de juros	31.789	18.869
Total de outras variações	56.227	18.869
Saldos finais	173.708	167.799

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 498 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. O montante reconhecido no resultado findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 261. Em 31 de dezembro de 2019, o montante a apropriar no resultado futuro totaliza R\$ 498.

As principais cláusulas restritivas dos contratos de financiamento com o BNDES descritos acima são as seguintes:

- Não realizar distribuição de dividendos, ou pagamentos de juros sobre capital próprio e ou pagamentos de juros ou principal de mútuos juntos aos controladores da Companhia cujo valor supere o mínimo previsto em lei, até o final do exercício de 2016;
- Sem prévia e expressa anuência do BNDES, não se endividar em valores que superem R\$ 20.000 (valor atualizado anualmente no dia 31 de janeiro de cada ano pelo IPCA anterior), com exceção as dívidas permitidas;
- Não contrair mútuos com sua acionista e com partes relacionadas de sua acionista, sem prévia e expressa anuência do BNDES;
- Manter os seguintes índices financeiros:
 - § Patrimônio líquido/ativo total maior ou igual a 20%;
 - § Índice de Cobertura da Dívida (ICSD) superior a 1,2;
 - § Manter o índice “dívida líquida/EBITDA anualizado” igual ou menor do que cinco até dezembro de 2015, e igual ou menor do que quatro a partir de janeiro de 2016, até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações financeiras para o período e exercício findos em junho e dezembro de cada ano, conforme obrigações contratuais. A Companhia atingiu, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o índice de dívida líquida/EBITDA de 2,01, ICSD de 3,35 e PL/AT de 28,3%.

16. Debêntures

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais das debêntures com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e liquidez, veja Nota Explicativa nº 26.

Data da liberação	Série	Valor da emissão	Vencimento	Encargos (% ao ano)	Controladora		Consolidado	
					2019	2018	2019	2018
15/07/2011	Única	60.000	15/07/2020	IGP-M + 12%	11.671	33.807	11.671	33.807
31/08/2018	Única	110.000	31/08/2021	103% CDI	90.597	73.949	90.597	73.949
15/07/2019	Única	16.600	31/08/2021	103% CDI	17.031	-	17.031	-
04/06/2012	Única	300.000	04/06/2027	IPCA +8,15%	-	-	461.430	442.516
Total					119.299	107.756	580.729	550.272
Circulante					19.081	107.756	51.320	550.272
Não circulante					100.218	-	529.409	-

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Controladora	2019	2018
Saldos iniciais	107.756	79.403
Varição do fluxo de caixa de financiamento		
Pagamentos de financiamentos	(22.094)	(57.555)
Pagamentos de juros	(3.989)	(9.890)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(26.083)	(67.445)
Outras variações		
Subscrição debêntures	27.698	72.447
Despesas de juros	9.929	23.351
Total de outras variações	37.627	95.798
Saldos finais	119.300	107.756

Consolidado	2019	2018
Saldos iniciais	550.272	519.482
Varição do fluxo de caixa de financiamento		
Pagamentos de financiamentos	(24.351)	(70.426)
Pagamentos de juros	(38.022)	(42.567)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(62.373)	(112.993)
Outras variações		
Subscrição debêntures	27.698	72.447
Despesas de juros	65.133	71.336
Total de outras variações	92.831	143.783
Saldos finais	580.730	550.272

Composição por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Vencimento em:				
2021	100.218	-	148.362	-
2022	-	-	51.408	-
Acima 2023	-	-	329.639	-
	100.218	-	529.409	-

i) Controladora

A Companhia realizou em 15 de junho de 2011, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações em uma única série, no valor total de R\$ 60.000, cuja integralização ocorreu em 15 de julho de 2011.

Foram emitidas 60.000 debêntures que serão atualizadas a partir da data de emissão, com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado ("IGP-M") acrescido da taxa percentual de juros remuneratórios equivalentes a 12% ao ano, incidentes sobre o saldo não amortizado do valor nominal unitário atualizado.

Em 31 de agosto de 2018, a Companhia realizou a segunda emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais). Foram emitidas 72.424 debêntures com o valor nominal unitário de R\$1.000 (mil reais), com vencimento em 31 de agosto de 2021. As debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 103% da variação acumulada das taxas médias diárias do Depósito Interfinanceiro (DI) de um dia.

Garantias (1ª emissão de debêntures)

- 100% das ações preferenciais integrantes do capital social da controlada;
- Cessão fiduciária dos dividendos devidos pela sua controlada;
- Fiança oferecida pela Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.;
- Contrato de suporte financeiro pela Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A. e Comporte Participações S.A.

Cláusulas restritivas (1ª emissão de debêntures)

- Assunção de quaisquer dívidas sem a anuência dos titulares das debêntures;
- Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio somente caso não haja nenhum inadimplemento financeiro ou obrigacional da Companhia após verificação do debenturista;
- Descumprimento pela Companhia ou por sua controlada, de quaisquer obrigações e condições previstas em quaisquer outros contratos dos quais seja parte, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 10.000, não sanado no prazo de 30 dias corridos ou que não estejam sendo contestadas de boa-fé.

ii) Controlada

Em 04 de junho de 2012, a Companhia realizou a primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 300.000. Foram emitidas 300 debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1.000, com vencimentos anuais, primeiro vencimento em 2018 e último vencimento em 04 de junho de 2027.

Em 15 de abril de 2019, mediante deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas, a Companhia obteve aprovação para alteração de algumas condições da Escritura de emissão de debêntures, principalmente, as curvas de pagamento e de *covenants* e também a anuência para o descumprimento de *covenants*.

As debêntures serão atualizadas com base na variação do IPCA acrescido da taxa percentual equivalente a 8,15% a.a. conforme definido em Ata da Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 15 de abril de 2019.

Cada uma das debêntures fará jus a juros, pagáveis a cada período de 12 meses contados da data de emissão, iniciando em 04 de junho de 2013 até 04 de junho de 2027.

As principais cláusulas restritivas dos contratos descritos acima são as seguintes:

- Manter os seguintes índices financeiros;
- Índice de cobertura da dívida ICSD superior a 1,3;
- Manter o índice “dívida líquida/EBITDA anualizado; menor ou igual a 5,1, até dezembro de 2014; menor ou igual a 4,5, até dezembro de 2015; menor ou igual a 3,5, até dezembro de 2017; menor ou igual 6,0, até dezembro de 2018; menor ou igual a 5,3 até dezembro de 2019; menor ou igual a 4,7 até dezembro de 2020; menor ou igual a 4,6 até dezembro de 2021; menor ou igual a 4,0 até dezembro de 2022; menor ou igual a 3,5 até dezembro de 2023; menor ou igual a 3,0 até dezembro de 2024; menor ou igual a 2,5 até dezembro de 2025; e menor ou igual a 2,0 até dezembro de 2026;
- Manter o índice “dívida líquida/patrimônio líquido” anualizado igual ou menor do que 4,0 até dezembro de 2014, igual ou menor do que 3,5 até dezembro de 2015, e igual ou menor do que 3,0 até dezembro de 2018, igual ou menor do que 2,5 até dezembro de 2019 e igual ou menor do que 2,0 a partir de janeiro de 2020 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento;
- Patrimônio líquido/ativo total maior ou igual a 20%;
- Manter o índice “EBITDA/despesas financeira” anualizado maior ou igual 1,5, até dezembro de 2016; maior ou igual a 2,0, até dezembro de 2017; maior ou igual a 1,5, até dezembro de 2021; maior ou igual a 1,7, até dezembro de 2022; maior ou igual a 1,9, até dezembro de 2023; maior ou igual a 2,5, a partir de dezembro de 2024.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações financeiras para o período e exercício findo dezembro de cada ano.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 960 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. O montante reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 149. O montante a apropriar no resultado futuro em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 960.

17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores diversos	1	-	31.583	42.461
Medições a pagar	-	-	9.310	4.785
Retenções (i)	-	-	11.583	13.259
Total	1	-	52.476	60.505

- (i) A sua controlada adota como procedimento, realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a sua controlada é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Estes percentuais de retenção estão determinados por meio de contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.

Consolidado	2019	2018
A vencer		
De 1 a 30 dias	15.346	12.698
De 31 a 60 dias	5.109	2.764
De 61 a 90 dias	3.463	1.457
De 91 a 180 dias	2.769	2
De 181 a 360 dias	293	5.436
	26.980	22.357
Vencidas		
Até 30 dias	2.313	13.163
De 31 a 60 dias	568	2.623
De 61 a 90 dias	2	25
De 91 a 180 dias	18	636
De 181 a 360 dias	483	2.223
A mais de 360 dias	1.219	1.434
	4.603	20.104
	31.583	42.461

18. Provisão para manutenção – Contrato de concessão (Consolidado)

A sua controlada constitui provisão para manutenção tendo como objetivo mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A sua controlada definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas a medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

O saldo da provisão está demonstrado abaixo:

	2019	2018
Passivo circulante	22.443	14.795
Passivo não circulante	71.317	26.522
Total	93.760	41.317

Movimentação da provisão para manutenção:

Em 1º de janeiro de 2018	45.493
Realização por consumo	(64.265)
Adições	60.089
Em 31 de dezembro de 2018	41.317
Realização por consumo	(55.795)
Adições	108.238
Em 31 de dezembro de 2019	93.760

19. Ativos e passivos fiscais diferidos

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A sua controlada em 31 de dezembro de 2019 e 2018 reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, referente à diferença temporária da amortização do intangível e despesas com encargos financeiros, que para fins fiscais são amortizadas linearmente e para fins contábeis de acordo com a curva do tráfego, conforme demonstrado:

	2019	2018
Ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa	38.138	36.308
Provisão para manutenção	31.878	14.049
Outras provisões temporárias	473	210
	70.489	50.567
Passivo		
Custos dos empréstimos	(1.939)	(1.773)
Intangíveis - Efeito temporário ICPC 1 (R1)/IFRIC 12	(31.121)	(25.817)
	(33.060)	(27.590)
	37.429	22.977

(*) Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos em sua totalidade com relação a estes itens por falta de premissas futuras com confiabilidade suficiente que permitisse o registro do ativo fiscal diferido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o lucro.

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2018	2019	2018
Ativo				
Prejuízo fiscal e base negativa	38.138	36.308	1.830	3.792
Provisão para manutenção	31.878	14.049	17.829	(1.419)
Outras provisões temporárias	473	210	263	(170)
(-) Ativo fiscal não reconhecido (*)	-	-	-	-
	70.489	50.567	19.922	2.203
Passivo				
Custos dos empréstimos	(1.939)	(1.773)	(166)	(441)
Intangíveis - efeito temporário	(31.121)	(25.817)	(5.304)	(1.258)
	(33.060)	(27.590)	(5.470)	(1.699)
	37.429	22.977	14.453	504

(*) Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos em sua totalidade com relação a estes itens por falta de premissas futuras com confiabilidade suficiente que permitisse o registro do ativo fiscal diferido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) – Tributos Sobre o Lucro.

b. Créditos tributários

Companhia

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

	2019	2018
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	113.818	105.417

Ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não foram contabilizados devido à falta de premissas convincentes para cálculo da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. A Companhia considera evidência convincente o primeiro exercício social que apresentar lucro tributável, aliado ao histórico de confiabilidade das projeções de recuperação do ativo fiscal diferido.

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

Controlada

Em 31 de dezembro de 2019, a sua controlada possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

Controlada	2019	2018
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	112.231	106.788

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

A controlada, baseada em projeções de lucros tributários futuros, prevê que a utilização desses se dará até o exercício de 2025, como demonstrado abaixo:.

2021	7.376
2022	26.118
2023	31.371
2024	37.371
2025	9.995
	112.231

c. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

Controladora – Descrição	2019	2018
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(58.333)	(25.025)
Alíquota nominal	34%	34%
(=) Crédito de impostos a alíquota nominal	19.833	8.509
Equivalência patrimonial	(16.410)	(1.757)
(+) Créditos de prejuízos fiscais não reconhecidos	14.807	(6.127)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	6.290
	0%	25%

Consolidado – Descrição	2019	2018
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(72.786)	(34.335)
Alíquota nominal	34%	34%
(=) Despesas com imposto a alíquota nominal	24.747	11.674
(-) Adições permanentes	(1.700)	(1.336)
(+) Exclusão permanente	-	-
(+/-) Outros créditos não reconhecidos	(8.594)	(1.028)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.453	9.310
	58%	80%

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro ajustado conforme a legislação vigente do Brasil para o lucro real. A alíquota efetiva demonstrada acima apresenta a melhor estimativa da administração da alíquota anual esperada.

20. Provisão para contingências – Consolidado

A Companhia e sua controlada, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2019, está provisionado o montante de R\$ 930 (R\$ 617 em 31 de dezembro de 2018), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Resumo da movimentação

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial 31 de dezembro de 2018	539	78	617
Provisão	1.210	199	1.409
Reversão de Provisão	(1.068)	(28)	(1.096)
Saldo final	681	249	930

Adicionalmente, a controlada é parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a Administração da controlada, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, no montante de R\$ 8.435 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 7.879 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia possui seguro contratado de responsabilidade cível no valor de R\$ 35.900 (Nota Explicativa nº 27) e retenções contratuais de fornecedores para possíveis contingências trabalhistas, no qual a Companhia é responsável solidária.

A controlada possui seguro contratado de responsabilidade cível no valor de R\$ 35.900 (Nota Explicativa nº 27), seguro para possíveis atrasos em obras conforme previsto no edital licitatório no valor de R\$ 130.585 (Nota Explicativa nº 27) e retenções contratuais de fornecedores para possíveis contingências trabalhistas, no qual a controlada é responsável solidária.

Descrição	2019		2018	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	31	8.346	64	3.847
Trabalhistas	5	139	100	4.032
Total	36	8.435	164	7.879

21. Arrendamento por direito de uso - Consolidado

	2019	2018
Outros passivos circulantes	1.081	-
Total dos outros passivos circulantes	1.081	-
Outros passivos não circulantes	673	-
Total dos outros passivos não circulantes	673	-

22. Patrimônio líquido - Controladora

Em 19 de dezembro de 2018, a Companhia na Assembleia Geral Extraordinária aprovou o valor do aumento de capital social no montante de R\$ 100.000, com isso o capital social da Companhia passou de R\$ 347.470 para R\$ 447.470, e está representado por 447.469.536 de ações, sendo 223.734.768 de ações ordinárias e 223.734.768 de ações preferenciais.

No 2º trimestre de 2019, foi integralizado o valor de R\$ 34.000, conforme previsto na Ata de 19 de dezembro de 2018. O saldo do capital a integralizar em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 70.600.

A composição acionária em 31 de dezembro de 2019, é apresentada a seguir:

Descrição		%
Fundo de Investimento em Participações Volutto	223.846.668	49,97
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.	223.622.868	50,03
	447.469.536	100,0

Reserva de capital

Constituída no ganho de capital na controlada, decorrente da aplicação dos novos Pronunciamentos Contábeis (CPCs) em 2010.

Dividendos

A distribuição de dividendos, observadas as disposições do Contrato de Concessão, ficará condicionada aos limites fixados pela Lei das S.A., quer quantitativamente, quer quanto a periodicidade de sua distribuição sendo que o dividendo obrigatório será de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo no 202 da Lei das S.A.

23. Receita operacional líquida – Consolidado

A seguir a composição da receita operacional líquida:

	2019	2018
Receita de pedágios	205.931	202.547
Receitas acessórias	14.650	3.588
Receita de construção	63.718	13.355
Outras receitas	109	1.022
Tributos incidentes	(18.565)	(17.738)
	265.843	202.774

24. Gastos por natureza

A seguir, a composição das despesas por natureza:

Controladora	2019	2018
Serviços de terceiros	(91)	(583)
Outros	(30)	(39)
	(121)	(622)
Custo dos serviços prestados	-	-
Despesas administrativas e gerais (i)	(121)	(622)
Custo de construção	-	-
Consolidado	2019	2018
Serviços de terceiros	(21.390)	(30.921)
Com pessoal	(17.305)	(21.974)
Amortização e depreciação	(27.065)	(36.264)
Constituição de provisão para manutenção	(108.238)	(60.089)
Custo de contrato concessão	(9.868)	(11.363)
Outros	(5.102)	(5.557)
Total	(188.968)	(166.168)
Custo dos serviços prestados	(177.707)	(154.532)
Despesas administrativas e gerais (i)	(11.261)	(11.014)
Custo de construção	(63.718)	(13.355)

(i) As despesas administrativas são compostas somente com despesas com pessoal.

24.1. Outros resultados operacionais – Consolidado

O saldo de R\$ 14.132 registrado nas demonstrações financeiras do exercício de 2018 no grupo de “Outros resultados operacionais” é referente a receita acessória oriunda da celebração de contrato de permissão de direito de passagem e uso de faixa de domínio.

25. Resultado financeiro, líquido

As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram:

Controladora	2019	2018
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(9.947)	(25.526)
Total das despesas financeiras	(9.947)	(25.526)
Resultado financeiro líquido	(9.947)	(25.526)
Consolidado		
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	4.213	3.377
Outros		20.292*
Total das receitas financeiras	4.213	23.669
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(79.026)	(89.218)
Outras despesas financeiras	(11.130)	(6.791)
Total das despesas financeiras	(90.156)	(96.009)
Resultado financeiro líquido	(85.943)	(72.340)

- (*) A controlada registrou uma receita extraordinária, sendo R\$ 14.204 como receita acessória e R\$ 740 como juros e correção monetária, decorrente do encerramento do processo junto à empresa de telefonia que resultou em um acordo sobre a regularização da passagem de fibra ótica na faixa de domínio da controlada.

26. Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Controladora

31 de dezembro de 2019	Notas	Custo amortizado	
		2019	2018
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	8	18	22
Outros créditos	-	32	32
Passivos			
Debêntures	16	119.299	107.756
Dividendos e contas a pagar	11	66	66

Consolidado

31 de dezembro de 2019	Notas	Custo amortizado	
		2019	2018
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.425	4.919
Aplicação financeira	9	61.864	62.537
Contas a receber de clientes	10	11.624	9.015
Outros créditos	-	2.844	2.753
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	15	173.708	167.799
Debêntures	16	580.729	550.272
Fornecedores e partes relacionadas	17 e 11	55.813	61.421

b. Mensuração do valor justo

O valor justo para o financiamento do BNDES é o registrado contabilmente uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2019.

Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia e sua controlada apresentam exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de crédito.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia e sua controlada, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e sua controlada.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada.

(ii) Risco de liquidez

A Companhia e sua controlada estão expostas a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia e sua controlada adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia e sua controlada, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento as necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia e sua controlada é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Cronograma de amortização da dívida – Consolidado

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamento de juros estimados:

Consolidado

Em 2019	Contábil	Fluxo contratual	12 meses	12 - 24 meses	24 - 39 meses
Empréstimos e financiamentos (*)	173.708	178.550	77.305	36.395	64.850
Debêntures (*)	580.729	823.167	62.220	171.216	589.731
Fornecedores e contas a pagar	56.956	56.956	56.956	-	-
Dividendos e contas a pagar	66	66	66	-	-
	811.460	1.058.740	196.548	207.611	654.580

Em 2018	Contábil	Fluxo contratual	12 meses	12 - 24 meses	24 - 39 meses
Empréstimos e financiamentos (*)	167.799	198.623	54.221	44.812	99.590
Debêntures (*)	550.272	754.906	68.448	78.816	607.642
Fornecedores e contas a pagar	64.721	64.721	64.721	-	-
Dividendos e contas a pagar	66	66	66	-	-
	782.858	1.018.316	187.456	123.628	707.232

(*) O cronograma da dívida foi divulgado levando em consideração a não quebra de *covenants* conforme Notas Explicativas nºs 15 e 16.

(iii) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido às variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas entre outros. A Companhia e sua controlada não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de dezembro de 2019 ativos ou passivos em moeda estrangeira, conseqüentemente não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia e sua controlada não tem ações negociadas em mercado.

Exposição a riscos de taxas de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia e sua controlada virem a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, às mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M).

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia e sua controlada eram:

		Valor contábil	
		2019	2018
Instrumentos de taxa pré-fixada			
Empréstimos e financiamentos		3.158	1.773
Risco		Valor contábil	
		2019	2018
Instrumentos de taxa variável			
Empréstimos e financiamentos	CDI	49.883	16.571
Empréstimos e financiamentos	TJLP	80.399	99.580
Empréstimos e financiamentos	UM-IPCA	40.268	49.875
Debêntures controlada	IPCA	461.430	442.516
Debêntures controladora	IGP-M	119.300	107.756

O objetivo da Companhia e sua controlada é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e sua controlada e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa do CDI, IPCA, TJLP e IGP-M, principal exposição de risco de mercado da Companhia e sua controlada. As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a estas variáveis são apresentadas a seguir:

(iv) Seleção dos riscos

A Companhia e sua controlada selecionaram os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa do CDI, IPCA, TJLP e IGP-M.

(v) Seleção dos cenários

Em atendimento a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e sua controlada apresentam na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia e sua controlada.

Como cenário provável (Cenário I) adotamos a taxa de juros IPCA, CDI, TJLP e o IGP-M de acordo com as projeções obtidas no Banco Central (BACEN) – Relatório Focus, Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 31 de dezembro de 2016.

Para os dois cenários adversos na taxa do IPCA, CDI, TJLP e IGP-M foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

(vi) **Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros**

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação do IPCA, CDI, TJLP e IGP-M é apresentada na tabela abaixo:

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros – Apreciação das taxas

	Exposição 2019	Risco	Valor	Cenários			
				Provável	Aumento do índice em 25%	Aumento do índice em 50%	
Instrumentos			Valor		Valor	Valor	
Empréstimos e financiamentos	80.399	Aumento TJLP 5,09%	(4.092)	6,36%	(5.115)	7,64%	(6.138)
Empréstimos e financiamentos	40.268	Aumento UMIPCA 2,0676	(83.259)	2,5845	(104.074)	3,1014	(124.888)
Capital de giro	49.883	Aumento CDI 4,40	(219.485)	5,50	(274.357)	6,60	(329.228)
Debêntures controlada	461.430	Aumento IPCA 4,31%	(19.888)	5,39%	(24.860)	6,47%	(29.831)
Debêntures controladora	119.300	Aumento IPCA 4,31%	(5.142)	5,39%	(6.427)	6,47%	(7.713)
Total dos passivos financeiros	751.280		(331.866)		(414.833)		(497.798)
Impacto no resultado do período apresentado					(82.966)		(165.933)

	Exposição 2019	Risco	Valor	Cenários			
				Provável	Redução do índice em 25%	Redução do índice em 50%	
Instrumentos			Valor		Valor	Valor	
Empréstimos e financiamentos	80.399	Aumento TJLP 5,09%	4.092	3,82%	3.069	2,55%	2.046
Empréstimos e financiamentos	40.268	Aumento UMIPCA 2,0676	83.259	1,5507	62.444	1,0338	41.629
Capital de giro	49.883	Aumento CDI 4,40%	219.485	3,30	164.614	2,20	109.743
Debêntures controlada	461.430	Aumento IPCA 4,31%	19.888	3,23%	14.916	2,16%	9.944
Debêntures controladora	119.300	Aumento IPCA 4,31%	5.142	3,23%	3.856	2,16%	2.571
Total dos passivos financeiros	751.280		331.866		248.899		165.933
Impacto no resultado do período apresentado					82.966		165.933

A Companhia e sua controlada não apresentam quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, o risco atrelado a estas aplicações não são materiais nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

(vii) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ARTESP - Agência de Transportes do Estado de São Paulo). O contrato de concessão prevê a manutenção do seu equilíbrio econômico – financeiro.

(viii) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia e sua controlada estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia e sua controlada somente realizam operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de *rating*. Os saldos contábeis representam a exposição máxima ao risco de crédito.

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia e sua controlada administram a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e sua controlada podem ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações.

27. Cobertura de seguros – Consolidado

A sua controlada adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da sua controlada, são compostas por:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Garantia operação	Mai/2019 a maio/2020	78.846
Garantia ampliação	Mai/2019 a maio/2020	130.585
Operacionais	Mai/2019 a maio/2020	267.000
Responsabilidade civil	Mai/2019 a maio/2020	35.900
Engenharia	Mai/2019 a maio/2020	12.320

Em virtude da aquisição de dos veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de Responsabilidade Civil contra terceiros (danos materiais, corporais e morais).

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores da Empresa.

28. Benefícios aos empregados – Consolidado

A Companhia e sua controlada mantém os seguintes benefícios de curto prazo aos empregados e administradores: auxílio creche, assistência médica, seguro de vida, vale-refeição, transporte e vale-alimentação.

Não é política da sua controlada conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

29. Aspectos ambientais – Consolidado

A sua controlada considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A sua controlada diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A sua controlada acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas aos assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

30. Risco regulatório – Consolidado

A Companhia e sua controlada desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia e sua controlada, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entende-se que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distantes de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia e sua controlada se encontra coberta com a apólice de seguros das operações, riscos de engenharia, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 27.

A Companhia e sua controlada, durante o curso normal das suas atividades está sujeita às fiscalizações do órgão regulador, estando suscetível a questionamentos e às penalidades cabíveis, caso não esteja atendendo às obrigações licitatórias. Para os questionamentos realizados pelo órgão regulador a Companhia e sua controlada realizaram os devidos esclarecimentos e com base neste fato, e na avaliação dos seus assessores jurídicos, não constatou qualquer evento relevante que possa afetar suas informações financeiras.

31. Compromissos vinculados a contrato de concessão – Consolidado

Decorrente da verba de fiscalização

A sua controlada assumiu o compromisso ao longo de todo o prazo de concessão de efetuar um pagamento no valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Concessionária, portanto em 27 de julho de 2013 foi publicado no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013 conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.

Investimentos

De acordo com o programa estadual de concessão de rodovias, a controlada assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão. A controlada tem previsão orçamentária para realizar investimentos e conseqüentemente cumprir as metas contratuais. Em decorrência principalmente da desaceleração do crescimento da economia brasileira, houve uma postergação no plano de investimentos inicialmente acordados junto ao poder concedente, de qualquer forma a Administração da controlada acredita que os prazos finais dos investimentos acordados junto ao poder concedente, serão atendidos.

32. Demonstrações dos fluxos de caixa – Consolidado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2/IAS 7.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019, a controlada adquiriu ativo intangível no montante de R\$ 63.718, dos quais R\$ 1.624 são itens não caixa referente às retenções parciais do valor de serviço contratado (fornecedores) para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros.

33. Eventos subsequentes

Em 27 de fevereiro de 2020 a controlada finalizou com sucesso o processo da 2ª emissão de debêntures no montante de R\$ 700 milhões, cujo objetivo estratégico foi readequar o perfil de sua estrutura de capital, reduzindo custos e alongando prazos.

Corona vírus

Neste momento, dada a incerteza do cenário, não é possível mensurar os impactos econômicos futuros no resultado da Companhia.

A Companhia segue monitorando o assunto, adotando medidas de austeridade em sua gestão de caixa e acompanhando estritamente as recomendações das autoridades de saúde do país e da Organização Mundial de Saúde.

* * *

Diretoria

Maria Zélia Rodrigues de Souza França – Diretora

Ricardo de Souza Adenes – Diretor

Conselheiros

Antônio Roberto Beldi

Paulo Sergio Coelho

João Paulo Barros Beldi

Ricardo Constantino

Contador

Marcelo Carlos Biancolini

CT – CRC/SP nº 1SP-236.252/O-0